

## **A REMIÇÃO PELA LEITURA E A FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DE LETRAS<sup>1</sup>**

Adriana Beloti (Unespar – [adriana.beloti@unespar.edu.br](mailto:adriana.beloti@unespar.edu.br))

Yasmin Karoline SabecGaloro (Unespar – [ysabecgaloro@gmail.com](mailto:ysabecgaloro@gmail.com))

Antonio Carlos Aleixo (Unespar – [carlos.aleixo@unespar.edu.br](mailto:carlos.aleixo@unespar.edu.br))

### **Introdução**

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa vinculada ao projeto de extensão universitária *Leituras etcetera*, desenvolvido por estudantes e professores do Curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Campo Mourão (Paraná, Brasil), junto à Cadeia Pública de Campo Mourão II (CPCAMP II), no processo de correção de relatórios e resenhas de leitura de pessoas privadas de liberdade (PPL), concernentes ao programa de remição de pena pela leitura.

A fim de discutir a relação entre pesquisa e extensão no vínculo da universidade com a comunidade local, este trabalho descreve, linguisticamente e discursivamente, os relatórios e resenhas produzidas a partir da leitura de livros por PPL. Na prática, a ação extensionista aqui apresentada, além de efetivar e cumprir um direito básico de presos, no Brasil, isto é, remir parte da pena por meio da leitura e escrita referente ao material lido, também objetiva possibilitar acesso a materiais de estudo dirigidos às dificuldades singulares dos sujeitos participantes.

O método da pesquisa é o descrito por Fals Borda (1981) – a investigação-ação, que pressupõe motivação a partir dos sujeitos sociais e relações horizontais entre universidade e sociedade, incluindo processos de avaliação e retorno. Para a descrição dos textos e da produção de materiais acessíveis, o trabalho lança mão do aporte teórico-metodológico da Linguística Aplicada, que recorre a diversas áreas do conhecimento para investigar práticas de linguagem socialmente relevantes.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na próxima seção, são explicadas, conceituadas e caracterizadas a curricularização da extensão e a remição de pena pela leitura; na sequência, é descrito o método da pesquisa, bem como o *locus*, os sujeitos e os objetos da investigação, descrevendo-se as práticas que envolvem professores e estudantes do Curso de Letras no projeto aqui apresentado; então, são analisados os textos que compõem o estudo; por fim, na conclusão, ao discutir os resultados, evidencia-se o envolvimento da universidade

---

<sup>1</sup> Este trabalho recebeu recursos financeiros da Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

com o espaço social, demonstrando a relação entre ensino (formação de professores), pesquisa (teórica e aplicada da ação extensionista) e extensão (a prática efetiva de ações em um espaço social específico).

### **Professor em formação além da escola**

A curricularização da extensão, no Brasil, tem sido uma demanda dos pró-reitores de extensão, por meio do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, desde o Plano Nacional de Educação para o decênio 2001-2010, quando se previu, pela primeira vez, a inclusão de 10% de créditos no currículo dos cursos superiores. Sem que tenha sido efetivada naquele período, voltaria, disposta na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, decênio 2014-2024 (Brasil, 2014), nos mesmos termos quantitativos e seria regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação em forma de resolução (MEC, 2018), instituindo as diretrizes para a formalização nos projetos pedagógicos dos cursos e efetiva implementação a partir do ano letivo de 2022. Nesse contexto legal e político, o curso em foco, destinado à formação de professores de língua inglesa, língua portuguesa e suas literaturas, instituiu seu Programa de Ações extensionistas, com o campo de atuação nas municipalidades da região de Campo Mourão (Paraná, Brasil), para desenvolver atividades extensionistas

[...] nas áreas de artes, formação profissional, formação política e social, a partir de projetos que mobilizem conhecimentos científicos e organização política para atuação em ambientes envolvendo diferentes segmentos de grupos sociais, dentre eles, trabalhadores rurais, juventude em situação vulnerável, mulheres em situação de violência, pessoas idosas, indígenas, formadores sociais, trabalhadores da educação, comunidades de imigrantes e apenados (Letras, 2022, s/p).

O projeto pedagógico do Curso de Letras declara a integralização da extensão distribuída em toda a matriz curricular, com 10% da carga horária de todas as disciplinas, incluindo a carga horária correspondente ao Estágio Curricular Supervisionado I e às atividades acadêmicas complementares, totalizando 324 horas ao longo do curso. Todos os componentes curriculares apresentam, na ementa e no descritivo, a curricularização da extensão e da cultura.

No Brasil, até a década de 1980, a concepção de extensão universitária reproduziu a tradição inglesa e estadunidense de prestação de serviços em formação ou assistência técnica para pessoas externas à universidade. De pouca tradição prática até o final de 1950, quando estudantes e professores pugnavam por uma universidade reformada no interior de um

gobierno de cunho nacional-desenvolvimentista, a extensão universitária viu-se regulamentada nos termos dos novos dirigentes do país, após o golpe de estado cívico-militar de 1964, por meio da Lei n. 5540/68 (Brasil, 1968), a lei da reforma universitária. Nessa conjuntura, dois grandes programas, de caráter assistencialista, foram implantados pelas universidades federais, junto às regiões menos desenvolvidas do país: o CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – e o Projeto Rondon. O CRUTAC nasceu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no setor de saúde, e espalhou-se, inicialmente, para toda a universidade, para, em seguida, atingir 22 núcleos em todo o país. O Projeto Rondon objetivava fazer os estudantes do sul realizarem atividades de assistência técnica e social junto a comunidades empobrecidas do Norte e Nordeste do país (Nogueira, 1999).

A partir da segunda metade da década de 1970, iniciou-se o processo de contestação aberta aos governos ditatoriais, permeada por manifestações ansiosas por mudanças no interior das instituições, incluindo as universidades e suas práticas, o que tomaria corpo na década seguinte, desaguando, no caso da extensão universitária, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, semente do que seria, posteriormente, o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, um dos principais atores na definição das políticas extensionistas no Brasil. Imbuído, como toda a sociedade do período, por desejo de mudanças e participação popular, o Encontro assumiu a concepção de extensão que se oporia tanto à tendência assistencialista quanto à salvacionista, tendência esta que transformaria a universidade num substituto agente de políticas de estado.

Nesse sentido, o projeto *Leituras etcetera*, que encapsula as ações analisadas neste trabalho, organiza-se a partir de demandas singulares e concretas de uma parcela da comunidade local e converge com a ideia de extensão universitária emitida ao final daquele primeiro encontro de pró-reitores:

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis e um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da

comunidade na atuação da universidade (I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, *apud* Nogueira, 2000, p.11).

O ponto de partida para realização das atividades junto às pessoas privadas de liberdade não se deu na direção universidade-comunidade. Do contrário, foram as demandas oriundas do sistema prisional, na cidade de Campo Mourão, junto a dois professores do Curso de Letras, que colocaram em movimento as atividades e ações epistêmicas e técnicas para dar consecução às atividades que, na prática, oferecem à parcela da população carcerária da cidade atividades de leitura que permitem reduzir pena. Dentre outras atividades do projeto, o vínculo ao programa de remição de pena marca a conexão da universidade com seu entorno, na relação tríade: ensino-pesquisa-extensão sem a pretensão tradicional de assistencialismo ou transferência de conhecimento.

Concretamente, ainda que seus efeitos não possam ser medidos mecanicamente, o fato de estudantes de um curso de formação de professores conhecerem espaços, em geral, discriminados e trabalharem sobre material cujas ações incidem, de fato, na condução da vida de outros seres humanos, altera o ambiente universitário e a qualidade da formação profissional de jovens estudantes, submetidos a problemas de ordem social regularmente omitidos no ambiente universitário esvaziado de conteúdo. Trata-se de uma tomada de posição, pois a ideia de que a universidade encontra-se isolada de toda a sociedade sugere certa neutralidade que, observada menos superficialmente, não se comprova: a tomada de posição pelo circuito vicioso de não interferir nas questões mais urgentes de uma sociedade favorece, normalmente, a manutenção do estatuto dominante, o que nos faz concordar com Michelotto (2010, p. 31), para quem “o que se constata é o afastamento em que essa instituição se coloca frente às necessidades concretas dos socialmente excluídos, o que não significa, como se viu, distância dos interesses de todas as classes sociais”. Ainda que a tradição e a ordem legal pressionem para que as atividades de formação de professores circunscrevam-se às escolas de educação básica, ordenadamente à disposição para estágios e práticas, o conhecimento, por meio da relação prática-teoria-prática, de setores sociais normalmente apagados pelo fluxo dominante de comunicação, amplia o campo de interpretação das relações humanas, das quais a escola pública ou privada constituem apenas uma parcela.

A remição de pena é assegurada, no Brasil, pela Lei de Execução Penal (Brasil, 1984, s/p), que estabelece: “O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena”, com vistas a

possibilitar condições de reintegração social à pessoa privada de liberdade. Em 2011, com a Lei n. 12.433/2011 (Brasil, 2011), as possibilidades para remir parte da pena foram regulamentadas, também, para o estudo. No Estado do Paraná, a remição pela leitura foi instituída pela Lei n. 11.329/2012 (Paraná, 2012, s/p), cujo objetivo é “[...] oportunizar aos presos custodiados alfabetizados o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura e da produção de relatórios de leitura e resenhas.”. Na prática, a PPL pode remir quatro dias por livro lido, mediante aprovação do relatório ou resenha de leitura, no limite de um material/mês, podendo chegar, então, a 48 dias de remição por ano.

É sobre estes textos escritos pelas PPL que os acadêmicos do Curso de Letras, orientados por professores responsáveis pelo projeto *Leituras etcetera*, trabalham: verificam se o texto indica factualmente a leitura integral; realizam apontamentos sobre o que e como deve ser corrigido, para a versão definitiva; extraem exemplos reais de aspectos linguísticos e discursivos de dificuldades apresentadas por grupo específico de indivíduos. Em continuidade ao projeto, há a produção de materiais, denominados *Cadernos de Educação Popular*, em linguagem adequada a este público, com conteúdos relativos aos aspectos recorrentes de dificuldades.

Logo, no bojo destes dois marcos – a curricularização da extensão no curso de graduação e a necessidade concreta e imediata do grupo social marginalizado –, centram-se as contribuições do projeto extensionista tanto aos professores em formação inicial quanto às pessoas privadas de liberdade, em fluxo contínuo: aos primeiros, a partir de experiências concretas, que se distanciam, geralmente, das tradicionais práticas obrigatórias já vivenciadas nas escolas de educação básica (campo primeiro de atuação do professor), ao ensinar a produção do relatório ou resenha de leitura no presídio, na correção dos textos com apontamentos para revisão e reescrita do produtor e, também, na preparação de materiais de estudo direcionados às demandas específicas deste grupo; a estas PPL, o impacto pragmático está na redução da pena a ser cumprida em regime fechado e, no longo prazo, nas possibilidades de estudo e ampliação de repertório cultural e científico, por meio de maior acesso a equipamentos de leitura e a materiais dirigidos para estudo.

### **A investigação-ação como método do trabalho**

No estabelecimento penal *locus* da ação, o projeto de remição de pena pela leitura teve início em junho de 2022, ainda não formalizado como projeto extensionista na Universidade, mas por iniciativa do gestor da Cadeia Pública de Campo Mourão II e da residente técnica

(pedagoga) do Complexo Social de Campo Mourão. Em fevereiro de 2023, o projeto *Leituras etcetera* cumpriu, formalmente, as exigências da universidade e, então, formalizou a prática de correção dos textos relativos à leitura do livro pelas PPL, para remir parte das respectivas penas. Posteriormente, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Estadual do Paraná (CAAE:74535223.0.0000.9247), o projeto de pesquisa que, dentre outros objetos, dedica-se à investigação deste material.

Atualmente, participam do projeto 63 pessoas em privação de liberdade, custodiadas na CPCAMP II, distribuídas da seguinte forma: 9 da Fase I; 30 da Fase II; 24 da Fase III (22 que iniciaram/concluíram o Ensino Médio e 2 o Ensino Superior). Esta classificação em fases obedece ao estabelecido na Lei estadual e corresponde ao nível de escolaridade dos participantes, sendo: os alfabetizados, que iniciaram ou concluíram os anos iniciais de escolarização formal, no Brasil, o Ensino Fundamental I, produzem o relatório de leitura e se enquadram na Fase I; o período iniciado ou concluído correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental II classifica os participantes na Fase II, cuja produção também é o relatório; nos níveis de escolarização subsequentes, isto é, o Ensino Médio (o término da formação escolar básica, no Brasil) e o Ensino Superior (graduação), iniciados ou concluídos, escrevem a resenha do material lido e se enquadram na Fase III. No início de cada mês, os livros são entregues às PPL, que os leem no prazo de 20 dias e, então, em sala de aula, com a presença da pedagoga, escrevem seu texto, a partir da leitura.

Destes 63 participantes, foram selecionados, para este trabalho, cinco textos-sujeitos, como indicativo das regularidades e especificidades das resenhas de leitura, para a descrição linguístico-discursiva e, então, a produção de materiais de estudo dirigidos às singularidades desses sujeitos, quais sejam: pertencentes à Fase III, com ensino médio e ensino superior concluídos, com três e dois participantes, respectivamente, sendo todos oriundos de instituição pública, dois deles tendo cursado o ensino de jovens e adultos. Dada a escolarização, estas cinco PPL produzem resenhas de leitura que requerem, além de informações do livro e síntese do enredo, a avaliação crítica do leitor, quanto ao texto lido.

Ainda, em relação aos participantes do projeto, há sete professores em formação inicial, estudantes do Curso de Letras, de 1ª, 2ª e 3ª séries, que atuam, sob orientação de dois docentes, na atividade de verificação e correção dos textos. Seguindo a organização do sistema penal, a cada nova turma de pessoas custodiadas que iniciam a participação neste projeto de remição de pena, é ministrada, pelos professores da Universidade, em algumas situações, com a participação dos estudantes, uma aula preliminar de, em média, 60 minutos, para ensinar as finalidades e a forma (estrutura) do texto a ser escrito, considerando o

formulário próprio de produção e a fase de enquadramento de cada custodiado, o que estabelece os critérios para a correção e validação do relatório ou resenha, para remir parte da pena.

Considerando a realidade do *locus*, dos sujeitos e objetos de estudo, o método definido para o desenvolvimento da atividade e da pesquisa é o vinculado à investigação-ação (Fals Borda, 1981), que parte da realidade empírica da vida e das necessidades imediatas dos grupos sociais e, assim, pressupõe: 1) autenticidade e compromisso político com tais grupos; 2) abandono de teorias e verdades aplicáveis, abstratamente, a todos os contextos; 3) devolução sistemática das observações aos grupos envolvidos, sem linguagem rebuscada e incentivo – a partir de técnicas específicas – para que o próprio grupo tome conhecimento de suas dificuldades e necessidades; 4) retorno permanente (em forma de espiral) entre os agentes especializados – conhecimento científico já acumulado – e os sujeitos-agentes participantes do processo detentores de conhecimento popular. A partir deste movimento, do mais simples ao mais complexo, retorna-se, de forma organizada e, teoricamente, acumulada, aos novos pontos de partida.

Nos termos acima, os estudantes do Curso de Letras, orientados pelos docentes, são os agentes especializados atuantes junto aos sujeitos-agentes, que são as pessoas em privação de liberdade detentoras de um conhecimento popular, tanto em relação à leitura e escrita de resenhas, especialmente, no contexto de remição de pena, quanto no que se refere a outras práticas de estudo na vida concreta no cárcere. O grupo universitário assumiu o compromisso político com este espaço e necessidade real, considerando um dos princípios da extensão universitária, o da continuidade, visto que a demanda por professores para validarem as resenhas produzidas no âmbito da remição de pena é constante, longitudinal e não permite experiências flutuantes, à mercê de subjetividades. O segundo aspecto de pressuposição do método da investigação-ação mostra-se como um dos mais importantes neste vínculo entre extensão e formação de professores, porque provoca, justamente, a revisão de teorias ensinadas e aplicadas na universidade e em contexto de educação básica regular, a fim de adequar as práticas de ensino e de correção de textos à realidade na qual o projeto é desenvolvido, concretizando, também, o terceiro item do método.

### **Professores em formação inicial e PPL: a interação por meio das resenhas de leitura**

A abordagem teórico-metodológica desta pesquisa, à luz dos pressupostos da Linguística Aplicada (LA), justifica-se a partir de sua concepção como campo de estudos voltados a aspectos da linguagem em situações socialmente relevantes, superando, portanto, o

entendimento aplicacionista da linguística. Nesse sentido, a LA dedica-se a estudar a linguagem conforme seus contextos sociais de materialização, do ponto de vista processual e na relação com diversas áreas do conhecimento, de acordo com as especificidades do próprio objeto.

Logo, tal princípio explica a correspondência desta pesquisa com a formação de professores em Letras, que tem a ciência linguística como um de seus principais fundamentos e, subsidiados pela LA, indica as várias possibilidades de campos de estudo, ao concordar com a

[...] necessidade de ouvir as vozes das periferias ou daqueles que foram alijados dos benefícios da modernidade (os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos colonizados etc.), não só como uma forma de produzir conhecimento sobre eles, mas principalmente pelo interesse em entender como suas epistemes, desejos e vivências podem apresentar alternativas para o nosso mundo (Moita Lopes, 2009, p. 21).

Para a análise do objeto, a pesquisa considera a proposta defendida por Geraldini (2013[1991]), de que o texto é o ponto de partida e de chegada e, portanto, as revisões e encaminhamentos para a reescrita da resenha são feitos de acordo com a necessidade de cada texto-sujeito, assim como os materiais de estudo dirigidos a essas singularidades.

O formulário padrão para a 1ª versão da resenha dispõe de quatro partes: a primeira de identificação do material lido; a segunda, para as informações principais do enredo (personagens, espaço e tempo, narrador); na terceira, deve ser apresentado o resumo; por fim, na quarta parte, deve constar a opinião, com justificativas e explicações, a respeito do texto lido. Observa-se que este formulário, dividido em blocos e com as perguntas/orientações acerca de cada item necessário à resenha, é resultado, já, da experiência concreta, sistematizada com o conhecimento científico, para atender, especificamente, a este público. Inicialmente, os textos eram escritos em um formulário contínuo e, em alguns meses de desenvolvimento do projeto, observou-se a necessidade de orientar, de modo didático, quais as informações e de que forma devem ser apresentadas em uma resenha. Dessa forma, na 1ª versão, as PPL registram de modo separado cada elemento do livro lido, o que reduz as inadequações quanto ao gênero de texto resenha, e, na 2ª versão, escrevem o texto contínuo, no modelo estabelecido pelo DEPPEN – Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná.

Neste trabalho, são consideradas as resenhas produzidas de janeiro a agosto de 2024, pelos cinco participantes. Um dos sujeitos iniciou sua participação no programa de remição de pena pela leitura no mês de maio e, então, tem quatro textos; os demais participam desde



janeiro, no entanto, em alguns meses, não entregaram suas produções. Assim, a análise considera 32 resenhas.

O processo de produção textual escrita engloba aspectos linguísticos e discursivos do texto, entendido em seu processo de escrita e não apenas como produto pronto e acabado. Por isso, a resenha, para além de cumprir a formalidade para o objetivo da remição de pena, é feita em duas versões, a fim de que o produtor tenha a possibilidade de revisar e reescrever seu texto, considerando a oportunidade de trabalhar com normas gramaticais, fatores de textualidade e adequações discursivas à situação.

Em linhas gerais, aspectos relacionados à ortografia, pontuação, acentuação gráfica e concordância verbal e nominal ilustram as principais dificuldades de ordem linguístico-gramatical, ao passo que o fator textual-discursivo encontra na síntese – resumo – do enredo sua maior dificuldade. Além disso, a característica que diferencia a resenha de um resumo, conforme o conceito do gênero textual, ou seja, a apreciação realizada pelo leitor do texto, também se mostra, muitas vezes, inadequada, por conter opinião sem relacionar com outros conhecimentos e informações prévias, para o posicionamento argumentativo do leitor e produtor do texto. Há que se mencionar, ainda, casos em que há cópia parcial do próprio livro, identificada em algumas resenhas e, portanto, exigem a reescrita total do texto, além do fato de que, em alguns casos, os sujeitos escrevem o resumo da forma como constam as informações no livro, isto é, usando primeira e segunda pessoa gramatical, o que indica dificuldades interpretativo-pragmáticas referentes à condição simbólica da linguagem, em que o autor do texto não consegue distinguir a relação entre enunciações e enunciados concretos.

Essa miscelânea entre contar a história sem a integrar (em terceira pessoa) e, equivocadamente, apresentar o resumo usando primeira e segunda pessoa pode ser ilustrada com os seguintes trechos dos textos-sujeitos<sup>2</sup>:

“Tu amavas a Clotilde, não? Ela, coitadita, parecia louca por ti e os pais estavam radiantes de alegria. De repente, súbita transformação. Tu desapareces, a família fecha os salões como se estivesse de luto pesado. Clotilde chora.” (PPL C, texto 6).

“[...] Por isso não entranhei ao ouvir, em surdina, ‘areia da praia branquinha, branquinha, o vento levou o amor que eu tinha’. Olhando por olhar, não vi aparelho receptor junto ao ouvido do rapaz que se sentara ao meu lado [...]” (PPL C, texto 8).

---

<sup>2</sup> Todos os exemplos das resenhas são transcritos conforme o original e designados por letras – A, B, C, D, E – correspondentes aos cinco sujeitos (PPL); os textos são diferenciados por números, de 1 a 8, correlatos aos meses entre janeiro e agosto/2024.

Estes dois exemplos indicam que houve cópia do que consta no livro, seja na própria história, seja na contracapa. Possivelmente, por não se lembrar do enredo, não ter compreendido a história ou ter dificuldades em escrever, com suas palavras, aquilo que entendeu do que leu, a PPL reproduz, *ipsis literis*, o texto. Em relação a este aspecto, cumpre registrar que, no momento da escrita da resenha, as PPL têm em mãos o livro, que pode ser consultado, em tese, apenas para retirar as informações bibliográficas para sua identificação. No entanto, a prática na atividade de correção das resenhas tem indicado certa frequência nesta dificuldade em resumir a história, sem participar da mesma, como se fosse um dos personagens, o que pode ser explicado pela confusão entre as pessoas gramaticais ou pela cópia do material.

Dessa forma, os encaminhamentos para estes sujeitos, por meio de seus textos, são apontando que: a) ele não faz parte da história; b) a história deve ser contada em terceira pessoa; c) não deve haver cópia do livro.

Resumir um texto implica, primeiramente, que o leitor compreenda, a fim de identificar quais são as informações principais e as secundárias, que sua síntese apresente, de fato, apenas o que é essencial e de modo que o texto resumo seja compreensível por ele mesmo (Therezzo, 2007; Bragagnolo, 2011). Assim, quando as resenhas apresentam, no item “3. Resumo da história [conte, em um texto sequencial, de forma resumida, a história]”, estruturas longas, repetitivas, com ideias e informações que não são adequadas para contar a história de modo breve, são feitos apontamentos para correção, com sugestões de como poderia ser sintetizada a informação e para que as PPL releiam o livro, retomem o enredo e, então, reescrevam o resumo, a fim de deixá-lo mais objetivo e apresentando toda a história. Como exemplo:

“O livro que eu li conta a história do capitão Flint e sua tripulação.  
Um dia, uma mulher que toma conta do Farol, encontrou um livro na beira do mar.  
O livro que ela encontrou chama-se a Ilha do tesouro.” (PPL B, texto 8).

Diante destes três parágrafos iniciais, o apontamento de correção, realizado por um dos estudantes participantes do projeto, à margem do texto, com um colchete destacando-os, especifica: “Você pode unir esses parágrafos, sintetizando o segundo.”, ou seja, o objetivo é de que ocorra uma reorganização sintática, com efeito direto na forma de apresentar a informação, o que, conseqüentemente, implica no aspecto textual-discursivo da resenha: apresentar a informação principal, de modo objetivo.

No que se refere a tais características voltadas ao caráter textual-discursivo das resenhas, o que deve compor o caderno de conteúdos de estudos dirigidos a estas PPL é a prática da sumarização, isto é, conceito, exemplos e atividades para praticar o trabalho de síntese, considerando compreensão de leitura e escrita de informações, de modo que os sujeitos constituam, a partir de variados temas e formas de texto, a capacidade de identificar o que é essencial e o que é acessório, bem como escrever, com suas palavras, apenas o dado principal.

As características de ordem linguístico-gramatical recorrentes nos textos tomados como objeto desta pesquisa são as dificuldades voltadas à ortografia, acentuação, pontuação e concordância verbal e nominal. Os dois primeiros aspectos relacionam-se à palavra; pontuação e concordância vinculam-se à organização sintática. Dos cinco sujeitos, dois concluíram o ensino médio por meio da educação de jovens e adultos e do ENCCEJA – Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, isto é, não estudaram em regime seriado e regular, o que pode contribuir para a recorrência de dificuldades com noções basilares das regras da gramática padrão da língua portuguesa. Além disso, a pouca prática de leitura e de escrita, comum no ambiente de privação de liberdade, também, tende a favorecer tal característica.

A PPL A, na resenha de janeiro/2024, registra:

“Uma certa noite. Cat, que se chamava Catarina Julio, e seu primo Paulinho, o cachorro de CatRosnã Estevão. Caminhando pela mata quando Rosnã, começou a rodar um buraco quando Cat, Julio e Paulinho, se deparou com um senhor que aparentava, ter uns 55 anos caído em um buraco eles ajudaro ele sair deste buraco, e medicaro o pobre velho [...]”.

Observa-se ortografia e pontuação inadequadas ao nível de escolaridade formal do seu autor, de forma recorrente, neste trecho, assim como na sequência do mesmo texto e dos demais, do mesmo sujeito, ao longo dos oito meses. A língua escrita, aqui, assume forma bastante similar à língua falada, por exemplo, ao grafar “rodar”, “ajudaro” e “medicar” no lugar de “rodear”, “ajudaram” e “medicaram”. Fenômeno próprio da oralidade, na língua portuguesa falada na maior parte do Brasil, a oposição entre os fonemas /e/ e /i/ desaparece em algumas posições, com maior incidência nos casos de ditongo, quando são semivogais, e, nesse caso, é mais comum a letra “i” grafada no lugar de “e”, como em “rodar”. Já, nos exemplos acima, as formas verbais da terceira pessoa do plural no pretérito perfeito (“ajudaro” e “medicar”) sofrem alteração na desinência que marca o modo/tempo, incorporando a esta a de número/pessoa, reduzidas, ambas a “ro” no lugar de “ra”, uma

característica da linguagem oral popular brasileira, suprimindo o ditongo nasal final em tais formas. A troca da letra “c” por “s”, em “serta”, indica desconhecimento da norma escrita arbitrária, pois ambas as letras podem representar o mesmo fonema /s/ em posição inicial de sílaba. A expressão “aparentava ter uns 55 anos” assinala, também, marca de oralidade neste texto escrito. No exemplo, as inadequações quanto ao uso de vírgulas e pontos finais ocasionam, em certa medida, dificuldade na compreensão do conteúdo, a requerer que o leitor (avaliador) do texto leia-o mais de uma vez, para buscar significado pretendido pelo autor e, então, interpretar o enredo que está resumido.

### **Conclusão**

Os resultados obtidos até o momento, no desenvolvimento das atividades referentes ao projeto de extensão *Leituras etcetera*, especificamente nas ações desenvolvidas junto ao programa de remição pela leitura na Cadeia II de Campo Mourão, permitem que sejam agrupados da seguinte forma: 1) alteração da concepção de formação de professores e professoras e ampliação do campo interpretativo das realidades sociais, por superar o imaginário coletivo a respeito de alguns espaços e pessoas, normalmente discriminados; 2) colocação em movimento de análises concretas de situações concretas, já no período de formação técnica e teórica dos futuros profissionais da área de Letras, opondo aos tradicionais exemplos linguísticos oriundos do padrão médio de linguagem, comumente representados por textos da Literatura ou da imprensa escrita, que em geral, possibilitam análise abstrata de situações reais fracionadas ou exemplos artificiais; 3) alteração da imagem da universidade pública junto às pessoas da comunidade externa envolvidas no projeto, a exemplo de familiares das PPL, outros profissionais como psicólogos, pedagogos, agentes penitenciários, dirigentes do sistema prisional, o que tem permitido, ainda, expansão de outras ações não previstas inicialmente.

Até o momento, a avaliação do projeto tem se realizado formal e informalmente com os sujeitos da universidade – estudantes e professores – e com os sujeitos da gestão social e administrativa do sistema prisional local. No limite das conclusões parciais dos técnicos da universidade identificou-se, por enquanto, a necessidade de preparar um caderno específico para educação popular de jovens e adultos para aprofundamento de estudos que devem incluir, além da própria leitura de textos diversos, a repetição, com o objetivo de fixar determinado aprendizado, da escrita de algumas palavras (no caso dos aspectos específicos de ortografia); o exercício de concordância verbal e da respectiva forma ortográfica, com a indicação, a título de exemplo, dos elementos morfológicos, com destaque para as desinências

de modo/tempo e número/pessoa do verbo; o exercício de pontuação, trabalho que requer sejam identificadas informações e ideias diferentes, para serem separadas ou unidas, conforme o caso, a fim de orientar o uso de vírgula e ponto final. Ainda que não contemple, dessa forma, todas as regras gramaticais, a opção por destacar uma delas é assegurada por um dos princípios do método da pesquisa, qual seja: devolver as observações em linguagem adequada aos sujeitos participantes.

O trabalho de correção das resenhas, pelos professores em formação inicial do Curso de Letras, tem mostrado, a partir dos textos concretos, escritos em situação real e em contexto específico, que não basta, ao professor de língua portuguesa, o domínio de regras gramaticais, linguísticas, textuais e discursivas. Tampouco é suficiente ensiná-las de modo regular. Nesta situação, é imprescindível que se considere: a) o espaço em que a leitura e a escrita são realizadas; b) o nível de escolaridade e a modalidade de ensino efetuado sobre/pela PPL; c) as formas de mediação pela resenha e dos apontamentos de correção. Nesse sentido, o aporte teórico-metodológico da Linguística Aplicada fundamenta o trabalho na formação desse professor e, ainda, subsidia suas práticas, articuladas ao método da investigação-ação (Fals Borda, 1981), a fim de, não apenas cumprir a formalidade para a remição da pena, que é, de fato, o objetivo principal das PPL, mas também possibilitar acesso a materiais de estudo dirigidos de acordo com as demandas de cada sujeito e alterações das políticas públicas para a comunidade em relação.

Neste último caso, a conquista de uma unidade escolar regular, nos termos e limites da Educação de Jovens e Adultos tem sido uma das demandas dos administradores da Cadeia Pública de Campo Mourão II – CPCAMP II, o que permitirá, por exemplo, que os resultados das ações atuais do projeto de extensão exposto neste trabalho sejam avaliados também com os sujeitos PPL, atividade inviabilizada, neste momento, por motivos de limitação de espaço físico adequado.

## REFERÊNCIAS

BRAGAGNOLLO, R. M. **O gênero resumo acadêmico na formação docente inicial**. 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

Brasil. **Lei n. 7210/1984**: institui a Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm#:~:text=LEI%20N%207.210%2C%20DE%2011%20DE%20JULHO%20DE%201984.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Execu%20ção%20Penal.&text=Art.%201%20A%20execu%20ção%20penal,do%20condenado%20e%20do%20internado](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm#:~:text=LEI%20N%207.210%2C%20DE%2011%20DE%20JULHO%20DE%201984.&text=Institui%20a%20Lei%20de%20Execu%20ção%20Penal.&text=Art.%201%20A%20execu%20ção%20penal,do%20condenado%20e%20do%20internado). Acesso em: 1 out. 2024.

Brasil. **Lei n. 5540/1968**: fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e

sua articulação com a escola média. Brasília, 1968. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 1 out. 2024.

Brasil. **Lei n. 12433/2011**: dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou trabalho. Brasília, 2011. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12433.htm](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12433.htm). Acesso em: 1 out. 2024.

Brasil. **Lei n. 13005/2014**: estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília: Diário Oficial da União, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 29 set. 2024.

FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, Francisco Vío; GIANOTTEN, Vera; WIT, Ton de (Orgs.). **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013[1991].

LETRAS. **Programa de ações extensionistas do Curso de Letras – Unespar/Campo Mourão**. Universidade Estadual do Paraná: Campo Mourão, 2022. Disponível em:  
<https://campomourao.unespar.edu.br/graduacao/letras/dados/programas-e-projetos-de-extensao>. Acesso em: 16 set. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Resolução n. 7/2018**: estabelece diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Conselho Nacional de Educação: Brasília, 2018. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 1 out. 2024.

MICHELOTTO, Regina Maria. **Democratização da Educação Superior: o caso de Cuba**. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. (Org.). **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira: 1975-1999**. 1999/ 255f. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 1999.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas: documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1997-2000**. Belo Horizonte: Proex/UFMG; FORPROEX, 2000.

PARANÁ. **Lei n. 11329/2012**: Institui o projeto “remição pela leitura” no âmbito dos estabelecimentos penais do Estado do Paraná. Palácio do Governo, Curitiba, 2012.

THEREZO, Graciema Pires. **Redação e leitura para universitários**. Campinas: Ed. Alínea, 2007.